

Clare Hemmings
London School of Economics

Contando estórias¹ feministas

Resumo: Este artigo identifica e analisa as estórias dominantes que acadêmico/as contam a respeito do desenvolvimento da segunda onda da teoria feminista ocidental. Através do exame da produção recente de publicações interdisciplinares feministas e de teoria cultural, sugiro que, a despeito de uma retórica insistente sobre múltiplos feminismos, as trajetórias feministas ocidentais emergem de forma surpreendentemente singular. Crítico, particularmente, uma narrativa insistente que vê o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso ou perda. Essa abordagem dominante simplifica a complexa história dos feminismos ocidentais, fixa autoras e perspectivas dentro de uma década específica e, repetida e erroneamente, posiciona feministas pós-estruturalistas como as 'primeiras' a desafiar a categoria "mulher" como sujeito e objeto do conhecimento feminista. Ao invés de propor uma história corretiva da teoria feminista ocidental, o artigo questiona as técnicas através das quais essa narrativa dominante é garantida, apesar de que tenhamos (nós, teóricas feministas) consciência disso. Meu foco, então, recai sobre padrões de citações, recortes discursivos e alguns de seus efeitos textuais, teóricos e políticos. Como alternativa, sugiro um realinhamento das principais teóricas (aquelas que efetuaram uma interrupção crítica na teoria feminista) com seus traços feministas no uso de citações, forçando assim o concomitante re-imaginar de nosso legado histórico e de nosso lugar dentro dele.

Palavras-chave: perda; pós-modernismo; progresso; anos 70; feminismo ocidental.

Copyright © 2009 by Revista Estudos Feministas.

¹ O uso da palavra "estória" pretende destacar a contingência do termo em relação a "história". Em inglês os termos correspondentes "story" and "history" não são tão marcados quanto em português pela diferença em termos de construção de uma narrativa ficcional (estória) e de uma referência a fatos passados (história). Em inglês, "story" geralmente refere-se a narrativas ou tradições orais; "history" refere-se a eventos que ocorreram e relatos formais ou pesquisas. Ao longo do texto original a autora

Introdução

Como a teoria feminista ocidental conta a estória de seu passado recente? Apesar da evidente variedade da teoria feminista, dentro e fora do 'ocidente', ao contar-se sua estória recente, uma narrativa dominante aparece, ainda que apresente uma gama de inflexões afetivas e críticas. Essa estória divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação. Tais mudanças são geralmente concebidas

utiliza o termo “story”, aqui traduzido por “estória”, para enfatizar o processo pelo qual se produz sentidos sobre o passado, questionando a noção de que a “história” é algo meramente descritivo (N.T.).

² Em ambos os casos eu concordo com a sugestão de Jackie Stacey de que “essa história é uma narrativa de progresso do tipo mais convencional; somos apresentadas como os sujeitos iluminados e conscientes ao fim dessa história progressiva” (STACEY, 1993, p. 59).

em correspondência com as décadas de 70, 80 e 90, respectivamente, e como um movimento partindo do pensamento feminista radical, socialista e liberal em direção a uma teoria pós-moderna do gênero. A mudança, que parte dos anos 70, ingênuos e essencialistas, para a crítica do feminismo negro e da ‘guerra dos sexos’ dos anos 80, e daí para os anos 90 da ‘diferença’ e além, mapeia a estória como *progresso* para além das categorias e identidades falsamente delimitadas. Uma mudança partindo do início da segunda onda, vista como politizada e unificada, passando pela entrada na academia nos anos 80, e daí para a fragmentação em múltiplos feminismos e carreiras individuais, mapeia a estória de *perda* do compromisso com transformações políticas e sociais.² Determinar quais abordagens teóricas podem ser caracterizadas como pertencentes aos anos 2000 depende da versão dessa estória a que se alinha. Quando a estória é uma celebração da diferença, somos convidadas a (re)tornar ao afeto como fonte de conhecimento individual e coletivo. Quando a estória é marcada pelo pesar, o apelo é para os contextos materiais das vidas das mulheres. Contudo, seja como for sua inflexão, a cronologia permanece a mesma, as décadas sobrecarregadas, mas curiosamente estereotipadas, e o pós-estruturalismo desempenhando o papel de ator principal no questionamento da “mulher” como ponto de partida para a política feminista e a produção de conhecimento.

Eu discordo dessa estória dupla por uma série de motivos. Em primeiro lugar, ela simplifica áreas distintas do pensamento feminista e da disputa sobre o significado que caracteriza o debate feminista em todos os pontos de sua história. Mais especificamente, como demonstrarei adiante, ela ou fixa a crítica racial e sexual do feminismo dentro de uma década específica, como um estágio necessário, mas temporário no movimento em direção a uma noção de diferença mais generalizada, ou põe a culpa pelos males da teoria feminista nas costas da já pressionada acadêmica feminista. Nenhuma das duas posições é satisfatória. Em segundo lugar, dentro dessa estória, teóricas feministas pós-estruturalistas são repetidamente consideradas as primeiras a desconstruir a “mulher”, e tidas ou como ‘heroicas’ ao superar erros do passado, ou como responsáveis pelos males do feminismo em geral. Contesto essa caracterização do pós-estruturalismo pela simples razão de que uma das preocupações mais duradouras para a maioria das feministas tem sido, e permanece sendo, tal desconstrução.³ Em terceiro lugar, essa estória foi corretamente criticada como uma trajetória anglo-americana dentro do pensamento feminista ocidental, forçando teóricas europeias ou não

³ Toril Moi, 1999, defende que Simone de Beauvoir, por exemplo, já havia identificado, nos anos 40 e 50, o que chamamos de “problemas de gênero”. Tais questionamentos à posição singular do pós-estruturalismo tende a ver teóricas individuais como o problema, ao invés de situá-las no contexto de sua recepção crítica e institucional.

⁴ Por exemplo, se a teoria da diferença sexual é associada ao essencialismo, à maneira da 'marcha do progresso' da estória feminista que venho traçando (Judith BUTLER, 1990; Gayatri SPIVAK, 1987), em comparação a prioridade dada a ela nos feminismos francês e italiano só poderia ser prova da falta de desenvolvimento desses contextos. Apenas quando re-escrita como "pós-moderna" essa perspectiva ganharia relevância contemporânea (Naomi SCHOR, 1995).

⁵ Graziella PARATI e Rebecca WEST, 2002.

⁶ STANTON, 1985; BRAIDOTTI, 1997.

⁷ MOHANTY, 1988; MINH-HA, 1989; NARAYAN, 1997.

ocidentais a se reposicionar de acordo com a lógica dessa trajetória ou a se apresentarem como críticas ou transcedentes, mas não obstante como *receptivas*.⁴

Assim, essa estória dupla talvez precise ser mais bem caracterizada, não simplesmente como 'ocidental', mas como anglo-americana. Todavia, eu desconfio que tal recorte não dê conta da propagação dessa estória. A definição pelo critério de nacionalidade dá a impressão errada de que se trata de um problema predominantemente de exclusão, de que temos clareza sobre o que é preciso para corrigir essa estória – bastariam mais discussões e reformulação não ocidentais e europeias. E realmente esse é o caso. Contudo, a teoria feminista continental não apenas se diferencia dessa narrativa anglo-americana de progresso e perda, mas também a reconstitui ativamente, mesmo sem perceber. Dessa maneira, por exemplo, em *Italian Feminist Theory and Practice* [Teoria e Prática Feminista Italiana],⁵ obra que contesta a dominação das teorias feministas francesa e anglo-americana nas últimas três décadas, a estória do que se passou é ainda reiterada como uma passagem do sexo para o gênero, ou do essencialismo para a desconstrução. O futuro (italiano) pode ser diferente, mas o passado feminista (anglo-americano) permanece o mesmo. Domna Stanton e Rosi Braidotti⁶ chamam atenção para o fato de que essa dominação não apenas reprime as particularidades de trajetórias diferentes, mas também escamoteia, no processo, as múltiplas diferenças dentro do pensamento feminista continental e anglo-americano. Perspectivas não ocidentais não estão ausentes da estória dominante que a teoria feminista conta a respeito de seu passado recente. Na verdade, como discutirei mais adiante, a absorção da obra de teóricas que se identificam com uma perspectiva não ocidental – tais como Chandra Mohanty, Trinh T. Minh-Ha e Uma Narayan⁷ – pela trajetória ocidental pode facilmente funcionar como indicação do progresso dessa trajetória. Por fim, essa estória circula tão amplamente que fixar suas origens como anglo-americanas não chega a capturar as transições e traduções entre contextos de enunciação feministas, tanto de língua inglesa como de outras línguas, os quais marcam o progresso da estória. Assim, prefiro permanecer com o termo "ocidental", ciente das omissões que este ao mesmo tempo cria e demonstra.

A dupla estória da teoria feminista ocidental não é, obviamente, a única que nos é contada. Há uma miríade de relatos inovadores e questionadores. Mas, de minha parte, apesar de considerar minha própria leitura do passado recente feminista em conflito com essa estória, eu me encontro repetindo essa lógica na pesquisa e no ensino. E noto que

há teóricas feministas repetindo essa estória como uma interpretação de senso comum que as permite passar logo a questões mais prementes em suas pesquisas. O mero fato dessa repetição já merece nossa atenção. Logo, meu enfoque é no modo como essa estória dominante é preservada através de nossas práticas de publicação e ensino, apesar de sabermos que ela obscurece a complexidade que tanto prezamos. Quais partes dessa história são tão consistentemente reproduzidas de forma que acabam por ‘falar por si mesmas’ sem maiores elaborações? Como a narrativa dominante da passagem da semelhança nos anos 70, para a identidade nos anos 80, e para a diferença nos anos 90 é preservada textual e retoricamente dentro da teoria feminista anglófona? Qual o trabalho discursivo e político dessa narrativa, em termos da legitimação de temas ou correntes feministas, ou do privilégio concedido a uma biografia intelectual em particular ou a uma nacionalidade? No fundo, estou interessada na tecnologia da construção narrativa do feminismo ocidental – sua forma, função e efeitos.

Concentro-me em artigos recentes de periódicos interdisciplinares feministas ou de teoria cultural, ao invés de livros acadêmicos ou antologias, para explorar essas questões. Embora livros didáticos e antologias carreguem provas claras da abordagem de década a década da teoria feminista que me interessa analisar, eles não são tão úteis para o exame das técnicas de citação que garantem uma história como *prelúdio* aos insights específicos das próprias autoras. Livros didáticos universitários são menos úteis para indicar um entendimento de “senso comum” do passado recente feminista, pois pretendem produzir tal passado, e não transcendê-lo. Como forma de refletir meu desejo de focar nas tecnologias feministas de construção de narrativa, eu cito a esfera da publicação e não as autoras individuais. Isso pode parecer estranho, mas meu objetivo é mostrar que o artigo de periódico é o resultado do trabalho da autora, de práticas editoriais e convenções mais abrangentes em instituições e disciplinas. Decisões sobre quais aspectos dos artigos são indicados pelos pareceristas para serem mais bem trabalhados, quais teleologias passam despercebidas, entre outras, são colaborativas. Além disso, já que estou particularmente interessada em quais afirmações que não precisam ser evidenciadas, em quais histórias são contadas como algo óbvio, eu incluo passagens que refletem essa tendência ao invés da argumentação de um determinado artigo como um todo.⁸

⁸ Incluirei uma pequena nota informativa da página da internet de cada periódico quando me referir a eles.

Abordagens historiográficas

Minha abordagem da construção narrativa feminista é, então, historiográfica, já que me preocupo com a contraversa política do presente e não com a ‘verdade do passado’. Historiografia é, no sentido mais amplo, o nome para os relatos históricos, ou teorias da história. Combinada à prática da genealogia, mostrou-se particularmente conveniente para o trabalho feminista e *queer* que busca enfatizar que toda história acontece no presente, pois fazemos e refazemos estórias sobre o passado para legitimar determinado presente.⁹ Gayatri Spivak cita o ataque irônico de Hayden White ao historiador que busca a verdade absoluta “enterrada nos arquivos, esperando encontrar a ‘forma da realidade’ que servirá como objeto da representação no relato que escreverá ‘quando todos os fatos forem conhecidos’ e quando finalmente ‘terão entendido corretamente a estória’”.¹⁰ Para Spivak, e para White, ‘entender corretamente a estória’ é um ato inaceitável de violência epistêmica, que desvia a atenção dos investimentos políticos que motivam a vontade de saber e que criam as práticas metodológicas e epistemológicas de um autor.¹¹ Em um contexto feminista, é sempre uma questão de poder e autoridade determinar quais estórias predominam ou são elididas ou marginalizadas.

O fato de que não há uma única verdade histórica não quer dizer que a história seja simplesmente uma questão de opinião pessoal, que todas as verdades sejam de alguma forma iguais. Cautelosas em relação à acusação de relativismo (que produz uma vergonha tão profunda só comparável àquela produzida pela acusação de essencialismo), historiadoras feministas são incisivas em enfatizar os modos como o questionamento da verdade única permitem uma maior – não menor – responsabilidade política no presente. A historiadora feminista Jennifer Terry, por exemplo, baseia-se na crítica de Friedrich Nietzsche aos historiadores, “indolentes cansados no jardim do saber”,¹² sugerindo que a história é útil na medida em que nos faz conscientes das relações de poder em jogo no passado e no presente.¹³ Em seu trabalho sobre a racialização da sexologia e da homossexualidade em *An American Obsession* [Uma Obsessão Americana], Terry dá especial atenção a como desigualdades no presente permitem que certas estórias floresçam, e outras não, possibilitando que certas alianças sejam feitas, e outras não. A insistência historiográfica na política do presente como parte da construção do passado destaca, mais precisamente, a posição da historiadora ou contadora de estórias. Spivak enfatiza que “o passado é um passado presente – uma

⁹ Obras historiográficas feministas incluem “Feminist Genealogies” (Rosi BRAIDOTTI, 1991), “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” (Joan SCOTT, 1988) e *A Critique of Postcolonial Reason* (Gayatri SPIVAK, 1999). Estudos historiográficos *queer* incluem “Theorizing Deviant Historiography” (Jennifer TERRY, 1991), “Sexual Indifference and Lesbian Representation” (Teresa DE LAURETIS, 1988) e “Perverse Presentism” (Judith HALBERSTAM, 1998). Em todos os exemplos, o trabalho tem uma perspectiva dupla, criticando relatos históricos dominantes sobre os significados de gênero e sexo, e propondo abordagens alternativas mais ao nível da metodologia do que conteúdo.

¹⁰ WHITE, 1978, apud SPIVAK, 1999, p. 202-203.

¹¹ A discussão historiográfica de Spivak é, em parte, uma defesa da interdisciplinaridade, onde ideias de um cânone, recorte teórico e metodologias dominantes são normalmente mais contestadas e sujeitas ao escrutínio. A intervenção de Spivak pode ser lida como uma crítica à afirmação de Wendy BROWN, 1997, de que o conhecimento disciplinar (e não as excentricidades do conhecimento interdisciplinar) deveria ser o ponto de partida para um currículo feminista.

¹² No original: “jaded idlers in the garden of knowledge” (N.T.).

¹³ TERRY, 1999, p. 25.

¹⁴ SPIVAK, 1999, p. 207. No original: “the past is a past present – a history that is in some sense a genealogy of the historian. What is marked is the site of desire” (N.T.).

¹⁵ SPIVAK, 1999, p. 208. No original: “the willed (auto)biography of the West still [to masquerade] as disinterested history, even when the critic presumes to touch its unconscious” (N.T.).

¹⁶ Chamo a atenção, logo de início, para os seguintes textos: *Conditions: The Black Women's Issue* (Lorraine BETHEL e Barbara SMITH, 1979); *Things That I Do in the Dark* (June JORDAN, 1977); “Man Child: A Black Lesbian Feminist's Response” (Audre LORDE, 1979); “The Liberation of Black Women” (Pauli MURRAY, 1970); e *Movement in Black* (Pat PARKER, 1978).

¹⁷ FOUCAULT, 1972, p. 211. No original: “Discourse is not life: its time is not your time” (N.T.).

história que é, em certo sentido, uma genealogia do historiador. O que é marcado é o campo do desejo”.¹⁴ Para Spivak, tanto uma história dominante quanto uma história corretiva são o que permitem “a desejada (auto)biografia do ocidente ainda [mascarar-se] como história desinteressada, mesmo quando o crítico pressupõe tocar o inconsciente dessa história”.¹⁵ Tais relatos historiográficos críticos do poder, história e autoria ensinam o aparecimento de uma série de questões sobre o passado feminista. Ao invés de perguntar, por exemplo, “o que realmente aconteceu na década de 70?”, eu quero perguntar “como essa história sobre os anos 70 chega a ser contada e aceita?”. E, seguindo Spivak, “por que quero contar essa história e, ao contá-la, que tipo de sujeito me torno?”.

Em consonância com os relatos historiográficos feministas e *queer* que venho discutindo, sou cética a respeito tanto de relatos lineares do passado recente do feminismo quanto da importância de se corrigir esse registro. Tal afirmação não é ingênua, dado que minha crença na natureza problemática da história do feminismo ocidental surge do meu próprio reconhecimento dos debates das últimas três décadas que complicam tal história. Dessa maneira, uma razão pela qual eu considero tão graves as infundadas afirmações sobre o essencialismo da escrita feminista dos anos 70 é que elas ignoram as ricas discussões sobre as relações entre gênero, sexualidade e raça que foram travadas naquela década.¹⁶ E, de fato, a leitora perceberá que neste artigo eu tanto aceno para a complexidade desses debates feministas quanto hesito em dar uma *bibliografia corretiva* para essa complexidade, pelas razões historiográficas que venho discutindo. Substituir uma verdade pela outra sugere que o problema histórico é simplesmente de omissão, que uma vez retificado o erro a história estará ‘corrigida’, na maneira criticada por Spivak, tornando-se uma representação objetiva e não tendenciosa. Mas mesmo que fosse possível corrigir os registros, isso não daria conta de *por que* certos assuntos tornam-se parte de uma história aceita enquanto outros caem pelo caminho, pelo menos não suficientemente para aliviar minha frustração inicial diante dessas exclusões. Já que me alinho à observação inspiradora de Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* de que “o discurso não é a vida: o tempo dele não é o seu”,¹⁷ sugerindo que os sentidos são sempre múltiplos e não singulares, apesar do singular ter prioridade, meu objetivo primário é abrir possibilidades futuras ao invés de estagnar em omissões passadas.

Nesse espírito, o artigo enfatiza o que está ocorrendo no presente quando histórias feministas sobre o passado recente são contadas. Que táticas textuais, retóricas,

excludentes, inclusivas ou dispersivas são empregadas para preservar esta estória e não aquela, este presente e passado, e não aquele? É claro que o processo não se restringe a uma desconstrução mecânica. Muito do trabalho feminista se preocupa com o investimento emocional necessário para sustentar uma plêiade de tipos de trabalhos feministas. Particularmente, quando penso em 'emoção' e 'trabalho feminista' juntos, não posso deixar de refletir sobre o inspirador labor de Audre Lorde em *The Cancer Journals* [Os Diários do Câncer] e em *Sister Outsider* [Irmã Proscrita].¹⁸ A paixão e o comprometimento de Lorde em viver uma vida feminista, negra e lésbica fazem lembrar às leitoras seus próprios valores e corporeidade. Para Lorde, é o investimento emocional e os laços comunitários produzidos pelo trabalho feminista que possibilitam que as narrativas marginais sejam contadas e sobrevivam. Mais recentemente, Lynne Pearce¹⁹ apontou a importância de analisar o modo como os textos feministas persuadem emocionalmente, ecoando minha própria experiência de que essa é uma maneira como nossos comprometimentos e práticas da escrita são formados. A emoção feminista, então, é central para as estórias feministas que contamos, bem como para a forma como as contamos. Desafios a tais estórias, de dentro ou a partir de fora do feminismo, são frequentemente vivenciados e respondidos em um nível emocional, e como resultado um relato dos modos feministas de contar estórias tem de dar atenção aos modos afetivos e técnicos de funcionamento das estórias sobre o passado recente do feminismo. Dói porque é importante, quando estamos passionalmente envolvidas com a prática acadêmica feminista.

¹⁸ LORDE, 1980 e 1984.

¹⁹ PEARCE, 2004.

²⁰ Pesquisas iniciais sobre os anos 70 foram completadas com Josephine Brain. Ver nosso artigo em co-autoria sobre a demonização dos anos 70 (HEMMINGS e BRAIN, 2003), e a antologia como um todo *The Feminist Seventies*, na qual ele aparece (GRAHAM et al., 2003).

O papel dos anos 70²⁰

Nas estórias sobre o passado recente do feminismo ocidental, os anos 70 surgem como a década de menor diversidade. Nesta seção, começo a explorar o peso específico que os anos 70 feministas carregam a serviço da estória feminista dominante que esbocei na introdução. A atribuição mais familiar e preponderante dada ao feminismo dos anos 70 é, claro, a de essencialismo, uma acusação tão frequentemente repetida que acaba justificando o fato de não se ler, de forma alguma, textos feministas dessa década. Isso já bastaria para suspeitarmos, dada a vibração política e intelectual da época. Amamentada pelas teorias feministas dos anos 90, fui logo convencida dos males essencialistas dos textos do início da segunda onda do feminismo ocidental, muitos dos quais só fui ler uma década depois. Quando os li, lembro-me da sensação de choque com a diversidade de publicações feministas

²¹ Em parte, a narrativa do essencialismo dos anos 70 pode ser promulgada, já que muitas das obras do período estão esgotadas, ou são difíceis de obter. Para uma excelente re-introdução à diversidade da época, ver a bibliografia internacional de Albert KRICHMAR, Virginia SMITH e Ann WIDERRECHT, 1977. Para uma re-introdução mais focada na Grã-Bretanha, visite The Women's Library in London, que abriga uma extensa coleção de material sobre a primeira e a segunda ondas do feminismo (<http://www.thewomenslibrary.ac.uk/>).

²² A narrativa de progresso ou declínio nos livros didáticos universitários de teoria feminista é mais marcada do que em artigos de periódicos, já que seu objetivo é precisamente mapear mudanças. Nas antologias, a exceção à regra essencialista é acentuada, com a inclusão consistente de uma ou duas feministas negras nos anos 70, uma prática que enfatiza e não contesta o sentido de homogeneidade da década. Para livros didáticos, ver Diane RICHARDSON e Victoria ROBINSON, 1993; Rosemarie TONG, 1998; Chris WEEDON, 1999; e Imelda WHELEHAN, 1995. Para antologias, ver Stevi JACKSON, 1993; e Linda NICHOLSON, 1997. *An Introduction to Women's Studies: Gender in a Transnational World* (Inderpal GREWAL e Caren KAPLAN, 2002) dá maior atenção à 'diferença' desde o início, mas os textos incluídos são surpreendentemente estadunidenses, apesar do título. Uma interessante exceção à abordagem por décadas é o livro *Feminist Theory* (Wendy KOLMAR e Frances BARTKOWSKI, 2005), que cruza décadas com seções como "1963-1975", "1975-1985" e assim por diante.

²³ *Theory, Culture & Society* foi lançado em 1982 para atender à renovação de interesse pela cultura nas ciências sociais [...]

da década de 70, e particularmente com a profundidade e amplitude do debate sobre raça, sexualidade e classe em periódicos e boletins da época. Foi esse 'choque' que fez nascer meu interesse na narrativa de estórias feministas.²¹ Meu interesse aqui não é se a teoria feminista dos anos 70 é ou não essencialista, mas os meios através dos quais nossa expectativa contemporânea de que ela seja *necessariamente essencialista* é asseverada. Como tal década de essencialismo é produzida e mantida? Qual forma esse essencialismo supostamente adquire, que evidências são dadas, e como é mobilizado a serviço de uma narrativa maior de progresso ou declínio? Meu objeto de análise são artigos de periódicos, pelas razões discutidas na introdução, mas mesmo um exame superficial de livros didáticos e antologias sugere que há trabalho interessante a ser feito aí também, em especial no que diz respeito à apresentação do feminismo como processo de deslocamento mais do que de contestação.²²

O modo mais óbvio de (re)produzir o essencialismo do feminismo dos anos 70 é através da comparação desfavorável com as teorias feministas pós-estruturalistas. O seguinte exemplo é típico: "um desafio particular que o feminismo pós-estruturalista encara é como desfazer a concepção 'natural' ou essencialista do self, enquanto preserva a categoria 'mulher', necessária para o feminismo" (*Theory, Culture & Society*, 1997).²³ As autoras e pareceristas dessa passagem não precisam provar a suposição de que há uma concepção essencialista do self que seja um 'desafio particular' para o feminismo pós-estruturalista desfazer, pois esse sentimento é tão frequentemente repetido sem maiores comentários que, logo, o impulso que o gera já é familiar para a leitora. Enquanto a categoria "mulher" que o feminismo pós-estruturalista mantém nessa passagem está entre aspas que revelam certo ceticismo derrisório, espelhando a concepção 'natural' de self que a precede – ambas as expressões assim marcadas como problemáticas –, a pluralidade do termo "mulher" é contrastada à singularidade do termo "self", que é sublinhado pelo qualificativo "essencialista". A repetição familiar dessa cronologia significa que o fracasso em dar conta das diferenças entre as mulheres, anterior à intervenção do feminismo pós-estruturalista, é ele próprio naturalizado como representativo da tendência dominante e não uma posição defendida por uma teórica individualmente. O "natural" do excerto acima pode ser lido como "entendível". De maneira interessante, a pré-diferença do feminismo pode, assim, ser inocentada de suas inevitáveis exclusões. A inocência é chave para uma dinâmica feminista contemporânea, pois caracterizar o essencialismo do passado feminista como

Theory, Culture & Society tem sido aclamado por sua inovadora política editorial, tipificada pelos números especiais sobre tópicos como modernidade, cultura global, pós-modernismo, corpo, ética e diferença, amor e erotismo (periódico publicado pela SAGE – <http://tcs.ntu.ac.uk/tcs/>).

²⁴ Outras autoras que cometam a função da nostalgia na teoria feminista são Jackie STACEY, 1993, e Lynne HUFFER, 1998. Para um estudo detalhado sobre a nostalgia na formação de narrativas nacionais e de gênero, ver Jean PICKERING e Suzanne KEHDE, 1997.

inconsciente de suas exclusões permite que teóricas contemporâneas lamentem a fragmentação de um movimento de mulheres antes unificado de um modo que fazia sentido. Podemos sentir falta de uma unidade de experiência e propósito perdidos (agora) porque não entendíamos seus efeitos (no passado). A nostalgia simplifica essa história; um essencialismo inocente pode ser integrado à narrativa de progresso feminista de forma não problemática, e recuperado como perda.²⁴

A estória feminista na qual o essencialismo é criticado e afastado é garantida através da costura de uma gama de binarismos adicionais, superando a semelhança em nome da diferença. Semelhança e diferença são colocadas em posições opostas de forma valorativa, mas são também conectadas sequencialmente, pois nos movemos adiante partindo da semelhança (excludente) para a diferença (inclusiva). Acredito ser útil designar isso como semelhança-diferença, onde o travessão que uso aqui e a seguir indica uma separação tanto temporal quanto hierárquica.

Estudos empíricos conduzidos a partir de uma gama de perspectivas teóricas (feminismos radical, socialista e liberal) afirmaram de algum modo a existência da experiência das mulheres como fonte privilegiada de conhecimentos, se não como a base de uma ciência social alternativa. Agora, contudo, a desconstrução das “mulheres” produz efeitos profundamente desestabilizadores na pesquisa e teorização feministas [...] Isso libertou uma plethora de estimulantes esforços filosóficos, políticos e culturais que lidam com o essencialismo envolvendo a mulher em textos feministas e não feministas. (*Gender, Place and Culture*, 1994)²⁵

²⁵ O objetivo de *Gender, Place and Culture* é criar um fórum de debate sobre geografia humana e disciplinas correlatas em pesquisas preocupadas com questões de gênero. Também busca enfatizar a importância de tais pesquisas para o feminismo e os estudos da mulher (periódico publicado por Carfax Publishing – retirado de: <http://www.tandf.co.uk/journals/titles/0966369X.asp>).

Nesse trecho, o ponto de vista teórico e a pesquisa empírica (do passado) são contrastados com as ferramentas desconstrucionistas e “esforços filosóficos, políticos e culturais” (do presente). Onde a experiência das mulheres era tanto objeto quanto fonte do conhecimento feminista, a crítica à categoria “mulheres” significa que é o essencialismo inerente àquela pesquisa (anterior) que agora se torna o novo objeto a ser discutido. Os binarismos que essa descrição produz e na qual se baseiam são empirismo-desconstrução, experiência-texto e saber-crítica, onde o primeiro termo em cada caso é associado a uma incisiva afirmação das mulheres, e o segundo a uma instigante desestabilização das mesmas. O singular privilegiado abre espaço para uma plethora liberta, em termos de objeto e de narrativa. A narrativa do progresso feminista representado aqui é uma abertura ou ramificação do significado ao invés de um fechamento deste, de maneira que a diferença (sexual) como objeto

estático é deslocada pela metodologia pós-estruturalista como *geradora* de diferença (não específica). Não há prêmios para quem adivinhar qual o modo feminista de investigação com o qual somos levadas a nos identificar.

Estabelecendo temporalidade

Mas como sabemos que essas justaposições do presente com o passado, desconstrutivista *versus* essencialista, estabelecem o “passado” como sendo os anos 70? Como sugerido anteriormente, obras do feminismo dos anos 70 são raramente citadas; ao contrário, são implicadas por justaposição. Para que o “passado” dessa estória familiar que venho descrevendo pertença definitivamente ao imaginário contemporâneo do que seriam os anos 70, o papel dos anos 80 é essencial.²⁶ Duas abordagens que foram associadas à sobrecarregada década de 80 de maneira a facilitar a passagem do passado entrincheirado ao presente expansivo são o feminismo negro e os escritos sobre a ‘guerra dos sexos’. No caso do feminismo negro, estabelecer sua crítica como fenômeno dos anos 80 permite que o pós-estruturalismo seja o defensor da diferença nos anos 90. Se a década de 80 trouxe uma maior consciência das diferenças raciais, os anos 90 significam a explosão da diferença *em geral* (a “pletora” do trecho acima).

Essa trajetória fixa um antes e um depois da consciência de raça, retrospectivamente codificando o essencialismo dos anos 70 primeira e fundamentalmente em termos de exclusão racial. A seguinte passagem fornece essa cronologia típica:

O mais importante legado do feminismo dos anos 80 talvez seja a preocupação crucial com a diferença. [...] Iniciado por feministas negras que chamaram a atenção para sua exclusão e/ou representações problemáticas da “mulher” feitas pelo feminismo dominante, o foco nas diferenças entre mulheres também foi assumido pelo feminismo pós-estruturalista. Ambas as críticas produziram o mais recente objeto de questionamento teórico pelo feminismo: o sujeito feminino que habita diversas localidades culturais e para quem o gênero está dinamicamente engajado em outras tantas categorias sociais e discursos. (*Feminist Studies*, 2001)²⁷

Um movimento combinado, iniciado pelos feminismos negros e endossado pelo feminismo pós-estruturalista, desvia a atenção para um sujeito diferente, que ‘habita diversas localidades culturais’ e que é ‘o mais recente objeto de questionamento teórico pelo feminismo’. Independentemente do objeto de sua crítica, o feminismo negro torna-se

²⁶ Margaretta JOLLY, 2003, observa que, encurraladas entre os anos 70 homogeneizados e a diferença dos anos 90, as obras dos anos 80 são raramente analisadas como uma “era”.

²⁷ *Feminist Studies* está comprometido com a publicação de um corpo interdisciplinar de conhecimento feminista que vê as diferenças em identidade sexual, orientação sexual, meios econômicos, localização geográfica e habilidade física como a pedra de toque para nossa política e análise intelectual. Sejam extraídos de um passado complexo ou do presente em mutação, os artigos que aqui aparecem tocam em questões sociais e políticas que afetam mulheres e homens nos Estados Unidos e ao redor do mundo (periódico publicado pela Universidade de Maryland – <http://www.feministstudies.org/about/mission.html>).

um tropo a serviço da ideia da incorporação progressiva da diferença, de forma que o feminismo dos anos 70 carrega o ônus de uma crítica racial que não precisa ser explicitada para ser assim considerada. A vergonha de sermos tachadas de essencialistas é, então, insuportável para aquelas entre nós iniciadas academicamente no pós-estruturalismo, exatamente porque aponta e simultaneamente obscurece uma acusação de racismo.

Enquanto muito do feminismo negro é diretamente crítico do feminismo branco por não atentar às dinâmicas complexas da relação entre raça, classe e gênero, o que eu gostaria de ressaltar é que sua restrição referencial aos anos 80, bem como sua proclamação de uma crescente sofisticação na teorização dos sujeitos políticos, marcam o que seria o final da empreitada da crítica racial do feminismo, possibilitando que tal crítica, a partir daquele ponto, fosse apenas subentendida e não necessariamente evidenciada. Novamente, segundo Jackie Stacey, fazer do feminismo negro um tropo significa que ele é frequentemente mencionado e descrito como uma “[categoria] unificada que não precisa de maiores diferenciações”.²⁸

²⁸ STACEY, 1993, p. 57.

No trecho citado anteriormente, o feminismo de cor ‘iniciou’ a preocupação teórica feminista com a diferença, preocupação apresentada como um bastão a ser passado para as pós-estruturalistas (as quais são presumivelmente diferentes sujeitos da escrita). A citação a seguir também produz a ideia do pós-estruturalismo tendo incorporado, mas também superado, o feminismo negro:

Dois importantes debates intelectuais serviram como reflexão a respeito do “sujeito” do pensamento feminista. Em primeiro lugar, mulheres de cor e feministas do Terceiro Mundo criticaram o “sujeito” implícito na maior parte do pensamento feminista da época, um sujeito que normalizava a experiência de mulheres de classe média branca do Primeiro Mundo (hooks, 1984; Trinh, 1989). Essa crítica estimulou um maior interesse na multiplicidade de opressões e fraturou a noção de “mulher” e sua(s) experiência(s). Em segundo lugar, um crescente interesse em perspectivas psicanalíticas pós-estruturalistas (por exemplo, Lacan e Derrida), bem como a noção foucaultiana de poder/discurso, também afetaram profundamente a teoria feminista. As feministas apreciaram as tentativas pós-estruturais de construir uma visão de mundo anti-essencialista, de rejeitar ‘grandes’ teorias totalizantes e de abraçar a multiplicidade, a diferença e o sujeito ‘descentrado’ (Sarup, 1988). (*Gender, Place and Culture*, 1999)

Se o feminismo negro e o pós-estruturalismo são representados aqui como sendo da mesma era (todas as

citações são dos anos 80) e com preocupações relacionadas, a temporalidade que esboço aqui é reforçada pela localização do feminismo negro como, mais uma vez, catalisador, dando ímpeto e estimulando o interesse. As críticas das mulheres de cor e das feministas do Terceiro Mundo são referidas no modo verbal passado, enquanto o 'crescente interesse' no pós-estruturalismo é ainda ativo e presente linguisticamente, permitindo que suas proponentes 'construam', 'rejeitem' e 'abracem'. O pós-estruturalismo imaginativamente desemboca na década seguinte, enquanto as críticas das mulheres de cor e das feministas do Terceiro Mundo são fixadas temporalmente pelas estruturas de citação.

Os anos 80 são considerados tanto a era do feminismo negro quanto de debates sobre sexualidade, quando o feminismo é forçado a abandonar seu passado sexualmente essencialista:

Das 'guerras do sexo' feministas dos anos 80 à teoria e política *queer* dos anos 90, debates sobre a política da sexualidade têm estado na vanguarda das demandas teóricas, sociais e políticas contemporâneas [...] Feministas pró-sexo argumentaram [...] que a representação das mulheres pelo feminismo radical como agentes desempoderadas não dá conta das mulheres como sujeitos sexuais. [...] Enquanto feministas radicais veem a "sexualidade feminina" reprimida pelo "patriarcado", o movimento pró-sexualidade vê a repressão como algo produzido pelo heterossexismo e "sexo-negatividade" – operações culturais frequentemente vistas como institucionalizadas dentro do próprio feminismo. (*Feminist Review*, 2000)²⁹

O feminismo radical, claramente posicionado nos anos 70, é imaginado em termos totalmente negativos. Ao se enquadrar a política sexual em termos das demandas pró-sexo, as análises do feminismo radical sobre a sexualidade podem ser reduzidas ao seu foco na repressão e devidamente descartadas até mesmo como políticas sexuais. Essa separação histórica e política é linguisticamente reforçada através de uma série de negações: dessa forma, a representação feminista radical 'não dá conta das mulheres como sujeitos sexuais' e compreende a sexualidade apenas em termos de repressão. Ademais, aquilo que é percebido como termos teóricos chave do feminismo radical dos anos 70 – "sexualidade feminina", "patriarcado" e "sexo-negatividade" – é colocado entre aspas derrisórias, enquanto narrativas pró-sexo do heterossexismo não recebem qualificação. Estranhamente ausente da descrição acima está qualquer menção ao feminismo lésbico, talvez ressoando apenas no termo

²⁹ *Feminist Review* é um periódico internacional editado por um Coletivo com base na Grã-Bretanha [...] Foi fundado em 1979 com o objetivo de unir "pesquisa e teoria a uma prática política e contribuir para o desenvolvimento de ambas [...] Nosso objetivo é promover trabalho materialista que é informado por questões sócio-econômicas e de representação cultural" (periódico publicado por Palgrave – www.palgrave-journals.com/fr/homepage/index.html).

“sexualidade feminina”, a ser apagado pela insistência imediata no heterossexismo do feminismo. O feminismo lésbico está também ausente nas demandas pró-sexo dos anos 80 e 90, representado apenas por um movimento pró-sexualidade generalizado, cujo foco é o heterossexismo, mas cujos sujeitos permanecem indefinidos. O que, sim, permanece é uma “sexualidade feminina” indubitavelmente anacrônica, substituída pelo jogo sexual e textual dos anos 90.³⁰

Outros relatos são também explícitos ao ressaltar a sexualidade como chave para a diversificação linear do feminismo.

Enquanto a geração anterior de acadêmicas feministas desafiou ideologias patriarcais que reduziram a contribuição social das mulheres à ‘capacidade biológica’ para a criação e a reprodução, as novas teóricas do gênero estão fundamentalmente preocupadas com a subjetividade histórica de indivíduos sexuais e a corporificação da identidade sexual, vista como indeterminada, ambígua, múltipla (Morris, 1999). Para Judith Butler (1990, 1993), que sustenta que a identidade sexual é vivida como uma performance altamente regulada, ninguém é ‘feminina’; pode-se apenas ‘encenar’ o feminino. (*Theory, Culture & Society*, 1998)

Justapor desafios da ‘geração anterior de acadêmicas feministas’ às preocupações ‘históricas’ das ‘novas teóricas do gênero’ consolida essa geração primeira como a-histórica ou trans-histórica, universalizante e que privilegia um sujeito feminino. Uma outra relação feminismo-gênero emerge para regular a diferença. A falta de citação ressalta essa diferença; a geração mais antiga é generalizável e generalizante, enquanto Morris e Butler podem e devem ser diferenciadas uma da outra, e os trabalhos mais recentes diferenciados dos mais antigos. As técnicas de citação consolidam uma trajetória e um ímpeto favorável que não precisa que suas partes sejam detalhadas. Os anos 70 *em geral* são evocados através dessa comparação com os anos 80 e 90 *em particular*.

A citação é técnica central na consolidação da trajetória que traço aqui, e o movimento vai consistentemente de uma relativa falta de citações a uma precisa e limitada escolha de autoras. Judith Butler, Donna Haraway e Gayatri Spivak, em particular, são evocadas como figuras limiares, anunciando a aurora de uma nova era feminista da diferença, sendo elas mesmas representativas da crescente sofisticação que caracterizaria essa era. Butler, a mais citada, carrega o fardo teleológico mais pesado, frequentemente inaugurando, sozinha, o afastamento da “mulher” como o invariável fundamento e sujeito da opressão, conhecimento e resistência. Este trecho resume o caso:

³⁰ Um dos efeitos mais amplos dessa teleologia é, talvez, a exagerada distinção entre feminismo e teoria *queer* (Mary MCINTOSH, 1993; Elizabeth WEED e Naomi SCHOR, 1997). Dentro do meu recorte, as credenciais pós-estruturalistas da teoria *queer* podem ser medidas pela sua distância de um foco (anacrônico) dado pelo feminismo ao (des)empoderamento.

Talvez mais do que qualquer outra teórica feminista, ela [Butler] tem sistematicamente elaborado um modo de compreender a identidade de gênero como algo profundamente entranhado, mas não imutável e, assim, levou a teoria feminista além das polaridades do debate essencialista. (*Theory, Culture & Society*, 1999)

Citações de Haraway tendem a ocorrer em discussões que mapeiam o afastamento das concepções essencialistas do corpo, e especificamente da compreensão do corpo sexualmente diferenciado. E citações de Spivak parecem marcar uma crítica do feminismo negro à presunção branca do feminismo e uma descrição dessa diferença como pós-colonial ao invés de biológica.³¹ As citações parecem, então, sinalizar a 'morte' de um modo de pensar e o início de outro novo e mais flexível; nunca evidenciam contestações dentro do feminismo a respeito desses mesmos temas. E como sugere o trecho acima, entende-se que nessa transição a pré-diferença do feminismo é forçada e não algo no qual já se esteja engajada.

Interesso-me particularmente em como, ao atribuir-se tal mudança para a diferença a algumas autoras citadas, acaba-se por separar tais autoras de suas trajetórias feministas. Se Butler, Haraway e Spivak são 'responsáveis' pelo relutante reconhecimento da problemática epistemológica que acompanha a "mulher", elas são gramática e temporalmente postas como distintas da história que nos permitiram agora superar. Citações são, novamente, um modo importante de endossar uma narrativa que separa pós-estruturalismo do feminismo. As influências de Butler, Spivak e Haraway são consistentemente de teóricos homens, homologando uma espécie de quebra na pesquisa feminista. Por exemplo, no artigo do qual se extraiu o trecho a seguir, Derrida é a *única* fonte referenciada de inspiração para a figura do ciborgue de Haraway:³²

Haraway deve reconhecer uma fraternidade [*siblingship*] com Derrida a respeito daquelas questões centrais do humanismo sobre origem, autenticidade e universalidade. O projeto para ambos é dissolver distinções categóricas, o que Haraway persegue, particularmente, ao desafiar o conceito do natural. (*Body & Society*, 1996)³³

Apesar de seu engajamento com uma gama de escritoras pós-coloniais e do Terceiro Mundo, poder-se-ia até perdoar quem pensasse que Spivak leu apenas Marx e Derrida, dada a persistência de frases introdutórias como: "Para corroborar as hipóteses de Derrida em que pensadores como Spivak se baseiam [...]" (*Critical Inquiry*, 1998).³⁴ De

³¹ Susan Gubar aponta que como "a mais frequentemente citada autoridade a respeito do racismo do feminismo branco [...] [Spivak] combina uma atenção à política da identidade racial com [...] metodologias pós-estruturalistas" (GUBAR, 1998, p. 892). Nesse sentido, Spivak é mais uma figura de transição do que as outras duas.

³² HARAWAY, 1985.

³³ *Body & Society* foi lançado em 1995 para atender à recente irrupção de interesse na análise social e cultural do corpo humano [...] *Body & Society* tem como preocupação central os debates sobre feminismo, tecnologia, ecologia, pós-modernismo, medicina, ética e consumo que tenham o corpo como questão analítica central no questionamento de paradigmas estabelecidos (publicado por SAGE -<http://tcs.ntu.ac.uk/body/>).

³⁴ Os primeiros 30 anos de *Critical Inquiry* testemunharam a emergência do estruturalismo e do pós-estruturalismo, dos estudos culturais, teoria feminista e políticas da identidade, estudos de cinema e dos media, teoria do *speech act*, neopragmatismo, estudos visuais e nova história da arte, novos sistemas cognitivos e psicanalíticos, estudos de gênero, novas formas de crítica materialista, teoria pós-colonial, análise do discurso, teoria *queer* e novas formas de trabalho intelectual engajado pública e politicamente (publicado pela University of Chicago Press - <http://www.uchicago.edu/research/jnl-crit-inq/features/specialsymposium.html>).

³⁵ Um periódico internacional, *Australian Feminist Studies*, publica artigos acadêmicos de várias partes do mundo que contribuem para o desenvolvimento de novos campos nos estudos da mulher e na pesquisa feminista [...] Também busca encorajar a discussão sobre interações entre teoria e prática feministas; considerações sobre governância e políticas de integração comercial que dizem respeito às mulheres; comentários sobre mudanças nos currículos; partilhamento de planos de curso, listas de leitura e estratégias de ensino/aprendizagem; resenhas, críticas, entusiasmo e correspondência (publicado por Carfax Publishing – <http://www.tandf.co.uk/journals/titles/08164649.asp>).

forma semelhante, Foucault, Lacan e Derrida, mais do que Irigaray e Wittig, são consistentemente vistos como influências primárias para Butler, apesar do vigoroso engajamento de *Problemas de Gênero* com essas autoras feministas. Afirmações repetidas, como “Judith Butler transformou o estudo de gênero ao usar Foucault para aplicar conceitos pós-estruturalistas de sujeito ao gênero” (*Australian Feminist Studies*, 2003),³⁵ e “devido à influência de Foucault e Derrida, abstrações profundas caracterizam a teoria feminista pós-moderna em geral e os livros de Butler em particular” (*Critical Inquiry*, 1998), permitem que Butler seja considerada como um marco de quebra, e não no seu contínuo engajamento, com a teoria feminista.

Recapitulando: a estória conhecida é assim. O feminismo dos anos 70 é, na melhor das hipóteses, ignorante ou inocente em relação à diversidade racial e sexual; ou então é, de fato, efetivamente excludente através de sua branquidade e heterossexismo. Os anos 90 pós-estruturalistas emergem no outro lado dos anos 80 como paladinos da multiplicidade e da diferença – *diferença em geral*. A teleologia não poderia ser mais solidamente colocada do que “[n]os anos 80, mudanças que estavam ocorrendo firmaram as bases para a terceira fase da crítica feminista, a que chamo de engendramento de diferenças” (*Critical Inquiry*, 1998). Os anos 70 e 90 aparecem como vultos na frase, apesar de não serem mencionados diretamente. Para que tal teleologia se mantenha, uma série de outros binarismos é sobreposta nessa trajetória linear (diferença sexual/teoria do gênero, singularidade/multiplicidade, empirismo/desconstrução, feminismo/pós-estruturalismo), e diferentes perspectivas dentro da literatura feminista dos anos 70 são esmagadas, apagadas ou consideradas exceções à regra.

Vou tentar ser o mais clara possível. Para que o pós-estruturalismo surja como algo que está além da diferença particularizada e simultaneamente inclusivo dessas diferenças, essa narrativa requer uma representação problemática das intervenções dentro do feminismo como sendo específicas de certas décadas. Um feminismo essencialista universalizado é direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos anos 80 para que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça.

Contranarrativas

Se a narrativa do progresso está representada acima, o que seria, então, a narrativa de *perda* que indiquei no início deste artigo? Há duas formas principais de contranar-

³⁶ Há um grande número de textos recentes que incluem um relato de despolíticação. Estes tendem a ser ou críticas à progressiva institucionalização do pensamento feminista (Ellen MESSER-DAVIDOW, 2002; Elizabeth STANLEY e Sue WISE, 2000; Nelly STROMQUIST, 2001) ou memórias dos 'bons e velhos tempos' quando o feminismo convergia em um propósito comum, cuja perda é objeto de melancolia contemporânea (Susan BROWNMILLER, 2000; Bárbara EHRENREICH, 1990; Lynne SEGAL, 2000). Wendy BROWN, 1999, sugere que essa melancolia caracteriza o pensamento de esquerda contemporâneo, mas deixa intacta a narrativa de progresso que é o outro lado da mesma moeda.

³⁷ Gostaria de marcar a divisão entre obras que procuram valorizar o que a 'virada linguística' obscureceu (Brian MASSUMI, 2002; Sylvia WALBY, 2000; Stevi JACKSON, 2001), e obras que buscam combinar os insights do pós-estruturalismo com outras experimentações (Rosi BRAIDOTTI, 2002; Adriana CAVARERO, 2002).

³⁸ *Feminist Theory* é um periódico internacional interdisciplinar que cria um fórum para análises críticas e debates construtivos dentro do feminismo [...] *Feminist Theory* é genuinamente interdisciplinar e reflete a diversidade do feminismo, incorporando perspectivas de um amplo espectro das humanidades e ciências sociais e o âmbito completo da política e teoria feministas (publicado por SAGE – <http://www.sagepub.co.uk/journal.aspx?pid=105555>).

rativas, ambas discordando do valor atribuído às eras sucessivas, mas deixando intacta sua teleologia. A primeira é uma narrativa diretamente inversa, que produz uma linearidade idêntica, mas que re-enquadra o passado como marcado por uma unidade politizada e o presente por um individualismo apolítico. Tal contranarrativa é predominantemente caracterizada pela nostalgia.³⁶ A segunda é uma narrativa mais circular de 'retorno' que também posiciona o pós-estruturalismo como problematicamente autorreferente, desejando por sua vez 'ir adiante' para uma era que revaloriza o passado imaginado. Essa segunda contranarrativa é marcada pelo pragmatismo ou pela frustração e é comumente produzida por autoras anteriormente favoráveis à narrativa do progresso.³⁷

Em primeiro lugar, relatos que representam os anos 70 como inocentes e, assim, 'bons', bem como aqueles que produzem essa década como essencialista, logo, 'má', podem parecer contestar uma visão dominante do desenvolvimento feminista, mas são, na verdade, vitais para a reprodução de um dos mecanismos centrais. Como argumentado anteriormente, uma inocência singular já está, de algum modo, escrita na trajetória linear que vai da universalidade à particularidade, ativamente encorajando a nostalgia e permitindo uma contravaloração.

'Lá e naquele tempo', nos anos 70, nos víamos, a exemplo de muitas outras feministas, como 'produtoras da teoria feminista' que, à época, guiava e era modificada pela nossa prática como feministas; e entramos na academia [...] 'para conhecer e, logo, mudar o mundo'. No período que trouxe ao 'aqui e agora', tem sido interessante observar a gradual assimilação do feminismo acadêmico e a entrada de grupos que 'chegaram ao feminismo' através do texto e não da prática política. Um dos resultados do passar do tempo, e dos talvez necessários correlatos da assimilação, foi o surgimento de uma categoria profissional distinta de 'teóricas feministas'. O que tem sustentado isso é uma consciência cada vez menor de que a crítica feminista anterior já concebia a teoria como 'ideias' produzidas através de práticas materiais perpassadas pelas operações de poder. (*Feminist Theory*, 2000)³⁸

Nesse acerto de contas, a estrutura narrativa da história da segunda onda do feminismo permanece inalterada. Os anos 70 são igualmente uniformes, e os 80 enquadrados implicitamente, da mesma maneira, pelos dois polos opostos que levam não à celebração da multiplicidade, mas a um presente despoliticado. Na narrativa reversa, os anos 80 precisam ou ser apagados (eufemisticamente referidos como 'o passar do tempo', no

³⁹ Mary Evans notou essa tendência em demonizar a 'egoísta acadêmica feminista' em favor da 'verdadeira crente' nos anos 80 (EVANS, 1982, p. 61, 70). A mais conhecida defensora dessa visão é, possivelmente, Martha Nussbaum, que ataca ferozmente o pós-estruturalismo: "Pensadoras feministas do novo tipo simbólico parecem acreditar que o modo de fazer política feminista é usar as palavras de maneira subversiva, em publicações acadêmicas de soberba obscuridade e abstração desdenhosa. Crê-se que esses gestos simbólicos são uma forma de resistência política; então ninguém precisa se engajar com coisas sujas como legislação e movimentos de forma a agir corajosamente" (NUSSBAUM, 1999, p. 37).

⁴⁰ Nussbaum é, de fato, notável ao caracterizar essa acadêmica feminista como passiva e não como enganadora. Ao comentar sua confusão a respeito de quem seja a plateia de Butler, Nussbaum conclui: "Pareceria que ela está se dirigindo a um grupo de jovens teóricas feministas na academia que não são nem estudantes de filosofia, preocupadas com o que Althusser, Freud e Kripke realmente disseram, nem pessoas de fora, precisando ser informadas a respeito da natureza de seus projetos e convencidas de seu valor. Essa plateia implícita é imaginada como consideravelmente dócil. Subservientes à voz oracular do texto de Butler, e ofuscadas pela páina de conceitos abstratos, a leitora imaginada coloca poucas questões, não solicita mais argumentos nem definições claras dos termos" (NUSSBAUM, 1999, p. 38).

trecho acima), ou marcados como o último momento válido da vida política do feminismo antes da sua institucionalização. Na citação acima, o uso do termo "assimilação" em relação ao 'passar do tempo' implica os anos 90 e suas teóricas feministas na cooptação dos interesses feministas, enquanto evita o problema da denominação. Binários similares – teoria/prática, ativista/profissional, mundo/texto – fundamentam a estória, mas agora o primeiro termo é imbuído de integridade e o segundo de oportunismo. Através dessa série de oposições, são as 'feministas profissionais' do 'aqui e agora' que são responsáveis pelo fim do ativismo feminista, quando antes foi um feminismo setentista generalizado que foi responsável pelas exclusões do feminismo.³⁹ Contudo, é preciso que o feminismo propriamente dito seja lamentavelmente considerado totalmente morto, pertencendo ao 'lá e naquele tempo' e não ao 'aqui e agora' para que a irmã carreirista do feminismo possa tomar o palco da imaginação contemporânea.⁴⁰ Mesmo onde o passado é visto como imaginado, os sujeitos dessas eras imaginadas são os mesmos.

Neste próximo exemplo, os anos 70 funcionam de maneira semelhante como indicador da ingenuidade pré-institucional do feminismo, dessa forma facilitando a construção do presente em termos de uma sofisticação lamentável.

As universidades têm claramente oferecido oportunidades para os Estudos Feministas e aberto carreiras para acadêmicas feministas. Elas também têm bancado espaços nos quais um pensamento feminista cada vez mais sofisticado pode ser produzido. Mas existe um preço a ser pago em termos de despolíticação e exclusão [...] As questões não são mais tão claras quanto se imaginava e o trabalho feminista tem uma tendência a se tornar introspectivo [...] Críticas ao essencialismo trouxeram possibilidades contraditórias. De um lado, houve ganhos positivos no reconhecimento da diferença, enquanto, de outro, a perda da comunidade imaginada da 'irmandade' levou à fragmentação e fraturou a coesão política [...] Ficamos com a questão sobre que tipos de alianças são possíveis em uma paisagem feminista pós-unitária. (*Feminist Review*, 1999)

Embora o trecho acima demonstre uma relação reflexiva incomum com a história recente do feminismo ocidental, ao identificar "possibilidades contraditórias" e reconhecer uma trajetória particular como ficcional, a 'irmandade' está ainda 'perdida', mesmo que 'imaginada', de tal forma que nos encontramos naufragas, mais uma vez,

em uma “paisagem feminista pós-unitária”. A perda é, na verdade, da *crença* de que havia unidade, e sem essa crença, não importando a distância irônica que se toma dela, outras alianças são inimagináveis. Para Robyn Wiegman,⁴¹ tais perspectivas apocalípticas esperam que o presente se pareça com o passado. Quando não se parece, uma quebra radical é imaginada e o futuro abandonado, restando apenas o cultivo da memória. No processo, as proponentes de uma posição feminista pós-estruturalista são implícita ou explicitamente marcadas como masculinistas, enquanto proponentes de uma era anterior, e melhor, são marcadas como autenticamente feministas.

A segunda contranarrativa que me interessa é a que posiciona o pós-estruturalismo como uma *interrupção* às preocupações com o mundo social. Assim como na narrativa reversa, o pós-estruturalismo é apresentado como irremediavelmente apolítico, mas, ao contrário do tom apocalíptico ou nostálgico acima, essa segunda narrativa propõe que avancemos por meio de um ‘retorno’ ao que permanece valioso, apesar de esse ‘retorno’ não ser mais inocente. Penso, aqui, nos apelos para que retornemos a um foco na experiência vivida do cotidiano ou nas realidades materiais ao invés de ficarmos atoladas em um domínio conceitual ou linguístico considerado sem valor fora da academia.⁴² As principais arenas para a teoria feminista onde esse ‘retorno’ é central são os debates sobre o político *versus* o cultural que dominaram a segunda metade dos anos 90,⁴³ pesquisa empírica *versus* teoria social como acesso ao cotidiano,⁴⁴ e o ressurgimento do interesse pelo excesso psíquico como desafio às falhas do construtivismo social em dar conta do sujeito.⁴⁵

Não quero rejeitar a importância do cotidiano para a teoria feminista – longe disso –, mas indicar o impacto de sua evocação como uma solução para um problema em grande medida imaginado. Enquanto ostensivamente desafia uma narrativa de progresso que vê o pós-estruturalismo emergir heroico ao lado dos desafios ao essencialismo dos anos 70, a contranarrativa de um ‘retorno’ ao material ou real antes do pós-estruturalismo retém e endossa a mesma teleologia. Na verdade, então, o chamado para um ‘retorno’ a princípios do bom-senso tanto se baseia na separação das feministas pós-estruturalistas de suas citações (fontes) feministas que discuti acima, quanto reproduz essa separação. A política (feminista) deve ser substituída pela cultura (abstrata) para ser reafirmada, o foco no texto substituir o foco na experiência e por aí vai. E, claro, a absoluta diferença entre eles deve ser mantida para que a separação hierárquica e temporal dos termos-chave funcione. Além dos debates específicos a que me referi,

⁴¹ WIEGMAN, 2000.

⁴² JACKSON, 2001; NUSSBAUM, 1999.

⁴³ Especialmente BUTLER, 1997, e Nancy FRASER, 1997.

⁴⁴ WALBY, 2000.

⁴⁵ MASSUMI, 2002; Eve SEDGWICK, 2003.

também vemos o mesmo 'retorno' nas práticas acadêmicas, tais como a circulação da frase ocasional "me chamem de antiquada, mas..." em contextos de ensino e palestras. Essa frase e outras como ela são sempre pronunciadas em um tom bastante presunçoso, o prelúdio da declaração de uma verdade não mais na moda, uma indicação da habilidade de ir além das limitações da 'última palavra' contemporânea. Colocar-se em um passado antiquado, então, torna-se uma técnica básica para se posicionar no centro de um futuro a ser validado.

Essa contratemporalidade é assegurada por uma série de binários sobrepostos e práticas de citação que espelham aquelas que venho discutindo ao longo do artigo. O seguinte exemplo usa as oposições feminismo/pós-estruturalismo e mundo/texto na maneira cronológica e hierárquica familiar:

Feministas e, de certa forma, antirracistas têm avisado [...] que muitas posições pós-estruturalistas mantêm um ponto de vista androcêntrico e que outras, a despeito de contestar teoricamente significados hegemônicos, pouco fazem para mudar as condições materiais de grupos marginalizados tais como mulheres e grupos racializados (Bondi 1990). Feministas socialistas, em particular, argumentam que as desconstrucionistas estão tão presas quanto suas antecessoras em sistemas de linguagem autorreferenciais e, como resultado, fazem pouco para mudar o mundo [...] Temos também bastante cuidado ao andarmos perto demais do abismo do niilismo e ao dissolver a eficácia política dentro de uma 'justiça de multiplicidades' (Lyotard, 1984; cf. Kobayashi, 1993). (*Gender, Place and Culture*, 1994)

A função dessa passagem é restaurar a ordem, pedir que retornemos a tempos mais sensatos (menos niilistas), quando a diferença não tinha saído do controle. Esse pedido apela ao nosso senso comum e ao nosso sentido pragmático de como o mundo funciona e busca fazer com que os próprios acadêmicos confessem que sempre estiveram um pouco desconfortáveis com a linguagem reificada e as reivindicações discursivas do pós-estruturalismo. Pois quem discordaria de que é perigoso andar 'próximo ao abismo do niilismo'? Para atingir seus objetivos, as contranarrativas pragmáticas não se empenham em analisar teóricas em particular, mas colocam suas ideias – e de seus leitores – do que seja o pós-estruturalismo, fazendo referência a resumos de fontes secundárias. Por exemplo:

Como aponta Rosenau, abordagens materialistas são um anátema para várias formas de pós-modernismo. Pós-modernistas de várias tendências (céticos 'niilistas'

⁴⁶ Com uma perspectiva social singular sobre o gênero, *Gender & Society* examina o gênero como uma das fundações de toda ordem social existente. Enfatizando teoria e pesquisa de perspectivas de micro e macroestruturas, *Gender & Society* objetiva avançar os estudos de gênero e estudos feministas (publicado por SAGE – <http://www.sagepub.com/journal.aspx?pid=50>).

⁴⁷ JACKSON, 2001, p. 284.

⁴⁸ WALBY, 2000, p. 203.

e 'afirmativos' mais moderados) rejeitam versões da ciência social moderna que defendem uma realidade material. Isto as leva a abraçar abordagens idealistas e relativistas [...] Esse relativismo incapacita sua habilidade de deliberar sobre diferentes formas de conhecimento. (*Gender & Society*, 1997) ⁴⁶

O desvio do argumento para outra pessoa, nesse caso Rosenau, e o enfático endosso autoral – “Como aponta Rosenau...” – produzem um entendimento dessa estória como já aceita, um fato mais do que uma interpretação. A referência teórica mais comumente associada à 'virada linguística' do feminismo é feita através de citação de fontes secundárias, onde a interpretação aparece como evidência do significado do texto, ou através da paráfrase de ideias.

A separação disciplinar e metodológica, que é efeito central dessa narrativa de retorno, merece atenção. Caso seja possível ver que a abordagem materialista dá acesso mais transparente à realidade social do que a análise textual, se fatores econômicos dão maior clareza política do que traços de representação, então o apelo para um retorno ao materialismo é uma defesa tanto do acesso à verdade através de métodos disciplinares específicos quanto de abordagens teóricas. Stevi Jackson é explícita a respeito do chamado ao 'retorno' à pesquisa material como um concomitante chamado por uma especificidade disciplinar; segundo Jackson, “uma perspectiva materialista é necessariamente informada pela sociologia; assim, ao asseverar a importância do material e do social, busco recuperar alguns insights sociológicos fundamentais”.⁴⁷ Da mesma forma, a insistência de Sylvia Walby em que a “teoria feminista deve abraçar a argumentação e o método científico, ao invés de buscar o conhecimento limitado pelo lugar social”⁴⁸ é um claro apelo por um realinhamento metodológico.

Meus exemplos aqui privilegiam as ciências sociais em relação às humanidades, mas esse nem sempre é o caso. A maior atenção à formação de identidades através de coerência narrativa do que à dissonância temporal, ou ao afeto mais do que ao contexto social, por exemplo, privilegiam a literatura, a psicanálise e a filosofia em relação aos estudos culturais. De certo modo, o chamado pragmático a um 'retorno' ao bom-senso acadêmico é também um chamado à especificidade disciplinar, treinamento e rigor, um desafio ao ecletismo interdisciplinar associado ao pós-estruturalismo e, claro, às abordagens feministas.

Conclusão

Até agora mapeei alguns dos modos através dos quais narrativas do passado feminista recente, sejam de

sucesso ou de fracasso, fixam seus marcadores teleológicos de maneira bem parecida. Poder-se-ia argumentar que é da natureza de qualquer narrativa generalizar, mas, para voltar à questão genealógica com a qual comecei este artigo, minha preocupação é saber quais marcadores se sobrepõem a outros e onde nossas narrativas nos posicionam como sujeitos da história e da teoria feministas. Essa estória seletiva em particular separa o feminismo de seu próprio passado ao generalizar os anos 70 de forma absurda, fixando a política de identidades como uma fase, esvaziando o pós-estruturalismo de seu potencial político e insistindo que aguentemos o fardo desses fracassos fantasiados. No processo, fazemos desaparecer classe, raça e sexualidade somente para 'redescobri-las' como corporeificação e agenciamento. Não é surpresa que não se saiba o que aguarda o futuro da teoria feminista. Para terminar, deixe-me perguntar o seguinte: como a teoria feminista poderia gerar uma proliferação de estórias sobre seu passado recente que melhor refletisse a diversidade de perspectivas dentro (e fora) de sua órbita? Como reformar o relacionamento entre as partes constituintes do feminismo para permitir que tomem forma o que atualmente são presenças fantasmas? Podemos fazer teoria feminista de forma diferente?

Meu ponto de partida, no que será inevitavelmente uma série mais longa de reflexões, diz respeito ao papel das citações de importantes teóricas feministas. Como mencionei anteriormente, Butler, Haraway e Spivak são imaginativamente posicionadas no limiar da 'morte do feminismo' de diversas formas. Elas são celebradas por apontar as falhas de uma ênfase 'anterior' na irmandade, e incensadas como a tão aguardada sofisticação da teoria feminista. No entanto, nessa narrativa, e nas contranarrativas que se opõem a tal celebração, essas autoras são separadas de seus próprios legados dentro do feminismo e, simbólica, textual e politicamente, são situadas como 'outras' desse passado imaginado, bem como também além dele. Nas contranarrativas que caracterizam o pós-estruturalismo como apolítico e autorreferente, considera-se que essas mesmas teóricas marcam a morte do feminismo politicamente responsável, morte esta incorporada no seu estilo acadêmico autorreferente e frequentemente interpretado, em contextos pedagógicos e conferências, como agressivamente inacessível. Em ambas as versões da estória, é a especificidade das discussões feministas sobre diferença, poder e saber que é omitida.

Ao contrário, eu advogo uma abordagem que enfatiza as relações ao invés das descontinuidades entre os diferentes referenciais teóricos de modo a questionar o 'deslocamento' linear de uma abordagem pela outra. Em

primeiro lugar, correntes teóricas convencionalmente jogadas umas contras as outras – por exemplo, diferença sexual e teorias do gênero – podem ser lidas de maneira produtiva nas suas distintas abordagens ao problema do poder na produção de sentido sexual e de gênero. Haveria algum rigor metodológico a ser extrapolado do meu prazer, possivelmente ingênuo, sentido de forma igual na leitura de Rosi Braidotti e Judith Butler, apesar da insistência pelas autoras na irreduzível diferença entre elas?⁴⁹ Poderia ser inspirador considerar a ainda mais difícil tarefa de reconectar Gayatri Spivak a Luce Irigaray, de maneira que a constante referência a esta última como alvo predominante de crítica pós-colonial se torne mais difícil de justificar.⁵⁰

⁴⁹ BRAIDOTTI, 2002; BUTLER, 2004.

⁵⁰ SPIVAK, 1987; IRIGARAY, 1985.

Uma segunda abordagem genealógica, relacionada à anterior, começaria pelas ausências (de autoras feministas) nas citações em leituras secundárias dessas teóricas feministas, sobrecarregadas em marcar um distanciamento do feminismo. Se insistimos em que, sob uma perspectiva feminista, Butler segue a dica desconstrutiva de Monique Wittig,⁵¹ o que ela claramente faz, seu papel como a 'primeira' a questionar a "mulher" como fundamento da pesquisa feminista torna-se insustentável. Se re-escrevermos uma das afirmações apresentadas anteriormente – "Judith Butler transformou os estudos de gênero ao usar Foucault para aplicar conceitos pós-estruturalistas do sujeito ao conceito de gênero" (*Australian Feminist Studies*, 2003) – para "Judith Butler transformou os estudos de gênero ao usar Wittig para aplicar conceitos marxistas/lésbicos do sujeito ao conceito de gênero" – podemos ver que a mudança vai além da citação. A valorização das ausências em citações, usadas para cimentar a dupla estória que estou contestando aqui, reposiciona tanto Wittig quanto Butler e conta a estória de *Problemas de Gênero* como continuidade em relação aos seus pontos de referência feministas.⁵² O que quero defender como alternativa feminista ao registro histórico é um processo de revalorização de traços marginalizados de figuras feministas já consideradas importantes (não marginais). Assim, espero que esse tipo de abordagem tenha dois resultados principais: primeiro, enfatizar o quão limitado é nosso conhecimento dessas figuras e suas histórias e, segundo, sugerir um modo um tanto diferente de imaginar o passado feminista – uma série de contestações e relações, e não um processo linear de deslocamento.

⁵¹ WITTIG, 1981.

⁵² Mas *Problemas de Gênero* realmente favorece Foucault a despeito de Wittig? Na verdade, em discussão direta de suas obras, Butler dedica 18 páginas a Foucault e 17 a Wittig, e o critério crítico da autora é aplicado de forma igual em termos quantitativos e qualitativos. A 'indulgência sentimental' de Foucault (BUTLER, 1990, p. 96) espelha a 'profunda apropriação' de Wittig (BUTLER, 1990, p. 128).

Referências bibliográficas

BETHEL, Lorraine, and SMITH, Barbara (eds.). *Conditions 5: The Black Women's Issue*, n. 2, 1979.

- BRAIDOTTI, Rosi. "Feminist Genealogies." In: BRAIDOTTI, Rosi. *Patterns of Dissonance: A Study of Women in Contemporary Philosophy*. New York: Routledge, 1991. p. 147-151.
- _____. "Uneasy Transitions: Women's Studies in the European Union." In: SCOTT, Joan W., KAPLAN, Cora, and KEATES, Debra (eds.). *Transitions, Environments, Translations: Feminisms in International Politics*. New York: Routledge, 1997. p. 355-372.
- _____. *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Malden: Blackwell, 2002.
- BROWN, Wendy. "The Impossibility of Women's Studies." *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 9, n. 3, 1997. p. 79-90.
- _____. "Resisting Left Melancholy." *Boundary 2*, v. 26, n. 3, 1999. p. 19-27.
- BROWNMILLER, Susan. *In Our Time: Memoir of a Revolution*. Washington, DC: Delta Press, 2000.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- _____. "Merely Cultural." *Social Text*, n. 52/53, 1997. p. 265-277.
- _____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.
- CAVARERO, Adriana. *Stately Bodies: Literature, Philosophy, and the Question of Gender*. Trans. R. de Lucca and D. Shemek. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- DE LAURETIS, Teresa. "Sexual Indifference and Lesbian Representation." *Theatre Journal*, v. 40, n. 2, 1988. p. 155-177.
- EHRENREICH, Barbara. "The Professional-Managerial Class Revisited." In: ROBBINS, B. (ed.). *Intellectuals: Aesthetics, Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990. p. 173-185.
- EVANS, Mary. "In Praise of Theory: The Case for Women's Studies." *Feminist Review*, n. 10, 1982. p. 61-74.
- FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. Trans. A.M. Sheridan Smith. New York: Pantheon, 1972.
- FRASER, Nancy. "Heterosexism, Misrecognition, and Capitalism: A Response to Judith Butler." *Social Text*, n. 52/53, 1997. p. 279-289.
- GRAHAM, Helen, KALOSKI Ann, NEILSON Ali, and ROBERTSON, Emma (eds.). *The Feminist Seventies*. York: Raw Nerve Books, 2003.
- GREWAL, Inderpal, and KAPLAN, Caren. *An Introduction to Women's Studies: Gender in a Transnational World*. Boston: McGraw-Hill, 2002.
- GUBAR, Susan. "What Ails Feminist Criticism?" *Critical Inquiry*, n. 24, 1998. p. 878-902.

- HALBERSTAM, Judith. "Perverse Presentism." In: HALBERSTAM, Judith. *Female Masculinity*. Durham, NC: Duke University Press, 1998. p. 45-59.
- HARAWAY, Donna. "A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s." *Socialist Review*, v. 15, n. 80, 1985. p. 5-52.
- HEMMINGS, Clare, and BRAIN, Josephine. "Imagining the Feminist Seventies." In: GRAHAM, Helen, KALOSKI Ann, NEILSON Ali, and ROBERTSON, Emma (eds.). *The Feminist Seventies*. York: Raw Nerve Books, 2003. p. 11-23.
- HUFFER, Lynne. *Maternal Pasts, Feminist Futures: Nostalgia, Ethics, and the Question of Difference*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1998.
- IRIGARAY, Luce. "This Sex Which is Not One." In: IRIGARAY, Luce. *This Sex Which is Not One*. Trans. Catherine Porter with Carolyn Burke. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985. p. 23-33.
- JACKSON, Stevi. *Women's Studies: A Reader*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- _____. "Why a Materialist Feminism is (Still) Possible and Necessary." *Women's Studies International Forum*, v. 24, n. 3-4, 2001. p. 283-293.
- JOLLY, Margaretta. "Between Seventies Feminism and the Third Wave: A View from the Eighties." In: GRAHAM, Helen, KALOSKI Ann, NEILSON Ali, and ROBERTSON, Emma (eds.). *The Feminist Seventies Web Book*. Available at: <http://www.feminist-seventies.net/webbook.html>. 2003.
- JORDAN, June. *Things That I Do in the Dark: Selected Poems*. New York: Random House, 1977.
- KOLMAR, Wendy K., and BARTKOWSKI, Frances (eds.). *Feminist Theory: A Reader*. New York: McGraw-Hill, 2005.
- KRICHMAR, Albert, SMITH, Virginia Carlson, and WIDERRECHT, Ann E. *The Women's Movement in the Seventies: An International English-Language Bibliography*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1977.
- LORDE, Audre. "Man Child: A Black Lesbian Feminist's Response." In: _____. *The Audre Lorde Compendium: Essays, Speeches and Journals*. London: Pandora, 1979[1996]. p. 124-131.
- _____. *The Cancer Journals*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1980.
- _____. *Sister Outsider: Essays and Speeches by Audre Lorde*. Freedom, CA: The Crossing Press, 1984.
- MCINTOSH, Mary. "Queer Theory and the War of the Sexes." In: BRISTOW, Joseph, and WILSON, Angelia (eds.). *Activating Theory: Lesbian, Gay, Bisexual Politics*. London: Lawrence & Wishart, 1993. p. 30-52.
- MASSUMI, Brian. *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.

- MESSER-DAVIDOW, Ellen. *Disciplining Women: From Social Activism to Academic Discourse*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.
- MINH-HA, Trinh T. *Woman, Native, Other: Writing Postcoloniality and Feminism*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1989.
- MOHANTY, Chandra Tolpade. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses." *Feminist Review*, n. 30, 1988. p. 51-79.
- MOI, Toril. *What Is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MURRAY, Pauli. "The Liberation of Black Women." In: KOLMAR, W.K., and BARTKOWSKI, F. (eds.). *Feminist Theory: A Reader*. New York: McGraw-Hill, 1970[2005]. p. 232-239.
- NARAYAN, Uma. *Dislocating Cultures: Identities, Traditions and Third World Feminism*. New York: Routledge, 1997.
- NICHOLSON, Linda J. *The Second Wave: A Reader in Feminist Theory*. London: Routledge, 1997.
- NUSSBAUM, Martha. "The Professor of Parody." *The New Republic*, 22 Feb. 1999. p. 37-45.
- PARATI, Graziella, and WEST, Rebecca (eds.). *Italian Feminist Theory and Practice: Equality and Sexual Difference*. London: Associated University Presses, 2002.
- PARKER, Pat. *Movement in Black: Stories of Black Women*. Oakland, CA: Diana Press, 1978.
- PEARCE, Lynne. *The Rhetorics of Feminism: Readings in Contemporary Cultural Theory and the Popular Press*. London: Routledge, 2004.
- PICKERING, Jean, and KEHDE, Suzanne. *Narratives of Nostalgia, Gender and Nationalism*. Basingstoke: Macmillan, 1997.
- RICHARDSON, Diane, and ROBINSON, Victoria. *Introducing Women's Studies: Feminist Theory and Practice*. Basingstoke: Macmillan, 1993.
- SCHOR, Naomi. "French Feminism is a Universalism." *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 7, n. 1, 1995. p. 15-47.
- SCOTT, Joan Wallach. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis." In: SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity*. Durham, NC: Duke University Press, 2003.
- SEGAL, Lynne. "Only Contradictions on Offer." *Women: A Cultural Review*, v. 11, n. 1/2, 2000. p. 19-36.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "French Feminism in an International Frame." In: _____. *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. London: Methuen, 1987. p. 134-153.

- _____. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
- STACEY, Jackie. "Feminist Theory: Capital F, Capital T." In: ROBINSON, Victoria, and RICHARDSON, Diane (eds.). *Introducing Women's Studies: Feminist Theory and Practice*. New York: New York University Press, 1993. p. 54-76.
- STANLEY, Elizabeth, and WISE, Sue. "But the Empress Has No Clothes! Some Awkward Questions about 'the Missing Revolution' in Feminist Theory." *Feminist Theory*, v. 1, n. 3, 2000. p. 261-288.
- STANTON, Domna. "Language and Revolution: The Franco-American Disconnection." In: EISENSTEIN, Hester, and JARDINE, Alice (eds.). *The Future of Difference*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1985. p. 73-87.
- STROMQUIST, Nelly. "Gender Studies: A Global Perspective of their Evolution, Contribution, and Challenges to Comparative Higher Education." *Higher Education*, n. 41, 2001. p. 373-387.
- TERRY, Jennifer. "Theorizing Deviant Historiography." *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 3, n. 2, 1991. p. 53-71.
- _____. *An American Obsession: Science, Medicine and Homosexuality in Modern Society*. Chicago: Chicago University Press, 1999.
- TONG, Rosemarie. *Feminist Thought: A More Comprehensive Introduction*. Boulder, CO: Westview Press, 1998.
- WALBY, Sylvia. "Beyond the Politics of Location: The Power of Argument in a Global Era." *Feminist Theory*, v. 1, n. 2, 2000. p. 189-206.
- WEED, Elizabeth, and SCHOR, Naomi (eds.). *Feminism Meets Queer Theory*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1997.
- WEEDON, Chris. *Feminism, Theory and the Politics of Difference*. Malden: Blackwell, 1999.
- WHELEHAN, Imelda. *Modern Feminist Thought: From the Second Wave to 'Post-Feminism'*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.
- WIEGMAN, Robyn. "Feminism's Apocalyptic Futures." *New Literary History: A Journal of Theory and Interpretation*, v. 31, n. 4, 2000. p. 805-825.
- WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1981.

[Recebido em junho de 2008
e aceito para publicação em agosto de 2008]

Telling Feminist Stories

Abstract: *This article identifies and analyses the dominant stories that academics tell about the development of Western second wave feminist theory. Through an examination of recent production of interdisciplinary feminist and cultural theory journals, I suggest that despite a rhetorical insistence on multiple feminisms, Western feminist trajectories emerge as startlingly singular. In particular, I am critical of an insistent narrative that sees the development of feminist thought as a relentless march of progress or loss. This dominant approach oversimplifies the complex history of Western feminisms, fixes writers and perspectives within a particular decade, and repeatedly (and erroneously) positions poststructuralist feminists as 'the first' to challenge the category 'woman' as the subject and object of feminist knowledge. Rather than provide a corrective history of Western feminist theory, the article interrogates the techniques through which this dominant story is secured, despite the fact that we (feminist theorists) know better. My focus, therefore, is on citation patterns, discursive framings and some of their textual, theoretical and political effects. As an alternative, I suggest a realignment of key theorists purported to provide a critical break in feminist theory with their feminist citational traces, to force a concomitant re-imagining of our historical legacy and our place within it.*

Key Words: *Loss; Postmodernism; Progress; The Seventies; Western Feminism.*

Tradução: Ramayana Lira
Revisão: Cláudia de Lima Costa